

BUNDESGESETZBLATT

FÜR DIE REPUBLIK ÖSTERREICH

Jahrgang 1984

Ausgegeben am 8. Juni 1984

102. Stück

230. Abkommen zwischen der Republik Österreich und der Portugiesischen Republik über die Zusammenarbeit auf den Gebieten der Kultur und Wissenschaft
(NR: GP XVI RV 15 AB 169 S. 28. BR: AB 2786 S. 441.)
231. Notenwechsel zwischen der Österreichischen Bundesregierung und dem OPEC-Fonds für internationale Entwicklung über die Abänderung des Abkommens zwischen der Österreichischen Bundesregierung und dem OPEC-Fonds für internationale Entwicklung betreffend die Umschreibung des Amtssitzes des Fonds

230.

Der Nationalrat hat beschlossen:

Der Abschluß des nachstehenden Staatsvertrages wird genehmigt.

ABKOMMEN

zwischen der Republik Österreich und der Portugiesischen Republik über die Zusammenarbeit auf den Gebieten der Kultur und Wissenschaft

Die Republik Österreich und die Portugiesische Republik sind,

vom Wunsche geleitet, die Zusammenarbeit auf den Gebieten der Erziehung, Wissenschaft und Kultur zwischen den beiden Vertragsstaaten zu entwickeln, um auf diese Art zur weiteren Festigung des gegenseitigen Verständnisses und der freundschaftlichen Beziehungen zwischen dem österreichischen und dem portugiesischen Volk beizutragen,

wie folgt übereingekommen:

Artikel 1

Die Vertragsstaaten unterstützen die Zusammenarbeit auf den Gebieten der Wissenschaft und Forschung, des Bildungswesens, der Kultur und Kunst, der Massenmedien und des Sports im Rahmen der Bestimmungen dieses Abkommens.

Artikel 2

Die Vertragsstaaten unterstützen die Zusammenarbeit auf dem Gebiet des Informations- und Dokumentationswesens.

Artikel 3

(1) Die Vertragsstaaten unterstützen die direkte Zusammenarbeit zwischen Universitäten, Hochschulen und wissenschaftlichen Einrichtungen beider Staaten.

ACORDO

entre a República da Áustria e a República Portuguesa sobre Cooperação nos domínios da Cultura e Ciência

A República da Áustria e a República Portuguesa,

norteadas pelo desejo de desenvolverem a cooperação no âmbito da Educação, da Ciência e da Cultura entre os dois Estados Contratantes, a fim de contribuir, por este meio, para o prosseguimento da consolidação da compreensão mútua e das relações de amizade entre o povo austríaco e o povo português,

acordaram o seguinte:

Artigo 1º

Os Estados Contratantes apoiarão a colaboração nos domínios da ciência e investigação, educação, cultura e arte, da comunicação social e do desporto, no âmbito das normas do presente Acordo.

Artigo 2º

Os Estados Contratantes apoiarão a colaboração no domínio da informação e da documentação.

Artigo 3º

1. Os Estados Contratantes apoiarão a colaboração directa entre as Universidades, Escolas Superiores e instituições científicas dos dois Estados.

(2) Zu diesem Zweck und unter Berücksichtigung gemeinsamer Interessen unterstützen sie auf der Grundlage von Einladungen den Austausch von Universitäts- und Hochschullehrern zur Ausübung einer Lehrtätigkeit oder zur Abhaltung von Gastvorträgen, sowie auf der Grundlage von Vorschlägen den Austausch von Forschern zur Durchführung wissenschaftlicher Arbeiten.

(3) Ferner tauschen sie zur Förderung des Unterrichts der Sprache und Kultur des jeweils anderen Vertragsstaates Lektoren aus.

Artikel 4

Die Vertragsstaaten gewähren Studierenden und graduierten Akademikern aus dem anderen Staat Stipendien von längerer und kürzerer Dauer zum Studium an ihren Universitäten und Hochschulen.

Artikel 5

Die Vertragsstaaten prüfen die Möglichkeit und die Bedingungen einer gegenseitigen Anrechnung von Studienzeiten an Universitäten und Hochschulen sowie einer Anerkennung von Zeugnissen, Diplomen und akademischen Graden. Zu diesem Zweck tauschen sie die erforderlichen Unterlagen aus. Ein Komitee von Experten beider Vertragsstaaten erstellt Empfehlungen bezüglich solcher Anrechnungen und Anerkennungen. Auf der Grundlage dieser Empfehlungen prüfen die Vertragsstaaten die Möglichkeit des Abschlusses eines Abkommens über Gleichwertigkeiten im Universitätsbereich.

Artikel 6

Die Vertragsstaaten unterstützen die direkte Zusammenarbeit wissenschaftlicher Institutionen auf den Gebieten der wissenschaftlich-technischen Forschung durch den Austausch von Experten und deren Teilnahme an wissenschaftlichen Veranstaltungen im anderen Staat, durch den Austausch von Informationsmaterial und durch die Förderung gemeinsamer Forschungsvorhaben.

Artikel 7

Die Vertragsstaaten unterstützen den Austausch von Experten auf dem Gebiet des Bildungswesens, insbesondere in den Bereichen Gesetzgebung und Verwaltung im Schulbereich, Lehrer- und Erzieherbildung sowie allgemein- und berufsbildendes Schulwesen. Weiters unterstützen sie den Austausch von Dokumentationen, Informationen und didaktischem Material.

Artikel 8

Die Vertragsstaaten tauschen Erfahrungen auf den Gebieten der Schulentwicklungsplanung, des Schulbaus sowie der Schulerhaltung und -ausstattung aus.

2. Com este objectivo e tendo em consideração interesses comuns, apoiarão, com base em convites, a troca de professores universitários e de Escolas Superiores para o exercício de actividades docentes ou realização de conferências, assim como, com base em propostas, a troca de investigadores para a execução de trabalhos científicos.

3. Procederão, igualmente, à permuta de leitores com vista à promoção do ensino da língua e cultura dos respectivos Países.

Artigo 4º

Cada Estado Contratante concederá a estudantes do ensino superior e a titulares de um grau universitário do outro País bolsas de estudo de longa e curta duração para fazer estudos nas respectivas Universidades e Escolas Superiores.

Artigo 5º

Os Estados Contratantes examinarão a possibilidade e as condições de reconhecimento mútuo de estudos realizados nas respectivas Universidades e Escolas Superiores, assim como o reconhecimento dos correspondentes certificados, diplomas e graus académicos. Com este objectivo, procederão à troca de documentação necessária. Será criada uma comissão de peritos de ambos os Estados que elaborará pareceres sobre esta matéria. Os Estados Contratantes examinarão, com base nestes pareceres, a possibilidade da celebração de um acordo sobre equivalências universitárias.

Artigo 6º

Cada Estado Contratante apoiará a colaboração directa das respectivas instituições científicas nos domínios da investigação científica e técnica, através da troca de peritos e sua participação em encontros científicos no outro Estado, através da troca de material informativo e da promoção de projectos comuns de investigação.

Artigo 7º

Os Estados Contratantes apoiarão a troca de peritos no domínio da educação, especialmente no que se refere à legislação e administração escolar, à formação de professores e educadores, ao ensino em geral incluindo o técnico. Além disso apoiarão a troca de documentação, informação e material didáctico.

Artigo 8º

Os Estados Contratantes procederão a uma permuta de experiências nos domínios do planeamento, da construção, conservação e equipamento escolares.

Artikel 9

Die Vertragsstaaten unterstützen den Erfahrungsaustausch auf den Gebieten der außerschulischen Jugend- und der Erwachsenenbildung.

Artikel 10

Die Vertragsstaaten unterstützen die Zusammenarbeit zwischen Bibliotheken, Museen und Einrichtungen des Denkmalschutzes und der Denkmalpflege beider Staaten.

Artikel 11

Die Vertragsstaaten unterstützen die Zusammenarbeit und den Austausch von Experten und Informationen auf den Gebieten der Kunst und der Literatur.

Artikel 12

Die Vertragsstaaten ermutigen zur Durchführung von wissenschaftlichen und künstlerischen Ausstellungen, Vorträgen und Symposien im jeweils anderen Staat und regen zur gegenseitigen Teilnahme an solchen kulturellen Veranstaltungen an.

Artikel 13

Jeder Vertragsstaat erleichtert den Angehörigen des anderen Vertragsstaates den Zugang zu seinen kulturellen und wissenschaftlichen Institutionen, einschließlich den Archiven, in Übereinstimmung mit seinen Rechtsvorschriften.

Artikel 14

Die Vertragsstaaten begrüßen die direkte Zusammenarbeit zwischen den Rundfunk- und Fernsehanstalten und zwischen den Nachrichtenagenturen in beiden Staaten.

Artikel 15

Die Vertragsstaaten ermutigen zur Intensivierung der Beziehungen auf den Gebieten des Sports durch Zusammenarbeit der entsprechenden Organisationen.

Artikel 16

(1) Beim Austausch von Universitäts- und Hochschullehrern, Forschern und Experten auf Grund dieses Abkommens trägt der Heimatstaat die Reisekosten zum ersten und vom letzten Zielort. Der Empfangsstaat trägt in angemessener Weise die Kosten für den Aufenthalt und für allenfalls vorher vereinbarte Inlandsreisen.

Artigo 9º

Os Estados Contratantes apoiarão a troca de experiências nos domínios da educação juvenil extra-escolar e da educação de adultos.

Artigo 10º

Os Estados Contratantes apoiarão a colaboração entre bibliotecas, museus, assim como entre organismos de protecção e manutenção de monumentos de ambos os Estados.

Artigo 11º

Os Estados Contratantes apoiarão a colaboração e o intercâmbio de peritos e de informação nos domínios da arte e da literatura.

Artigo 12º

Cada Estado Contratante encorajará a realização de exposições de carácter científico e artístico, conferências e simpósios no outro Estado e incentivará a participação respectiva nessas manifestações de carácter cultural.

Artigo 13º

Cada Estado Contratante facilitará o acesso às suas instituições culturais e científicas, incluindo arquivos, aos nacionais do outro Estado, nos termos da legislação vigente.

Artigo 14º

Os Estados Contratantes manifestam o seu interesse na colaboração directa entre empresas de rádio e de televisão, bem como entre as agências noticiosas nos dois Estados.

Artigo 15º

Os Estados Contratantes encorajarão a intensificação das relações no domínio do desporto, através da colaboração das respectivas organizações.

Artigo 16º

1. O Estado que envia suportará as despesas de viagem de ida (até ao primeiro local de destino) e regresso (desde o último local de destino), dos professores universitários e de Escolas Superiores, investigadores e peritos que se desloquem ao outro Estado, no quadro do presente Acordo. O Estado que recebe suportará, por seu turno, de forma adequada, as despesas de estadia e eventuais deslocações no interior do país, que hajam sido previamente acordadas.

(2) Lektoren werden vom Empfangsstaat gemäß seinen gesetzlichen Bestimmungen entlohnt.

(3) Die auf Grund dieses Abkommens vereinbarten Stipendien haben Aufenthaltskosten und Studiengebühren in angemessener Weise zu decken.

Artikel 17

(1) Zur Erleichterung der Durchführung dieses Abkommens errichten die Vertragsstaaten eine Gemischte Kommission, die zumindest alle drei Jahre abwechselnd in Österreich und Portugal zusammentritt. Der Zeitpunkt des jeweiligen Zusammentritts wird auf diplomatischem Wege vereinbart.

(2) Die Gemischte Kommission empfiehlt den Regierungen der Vertragsstaaten Arbeitsprogramme zur Durchführung dieses Abkommens.

Artikel 18

(1) Dieses Abkommen ist zu ratifizieren. Die Ratifikationsurkunden werden so bald wie möglich in Lissabon ausgetauscht.

(2) Das Abkommen tritt am ersten Tage des dritten Monats in Kraft, der auf den Monat folgt, in dem die Ratifikationsurkunden ausgetauscht wurden.

Artikel 19

(1) Dieses Abkommen wird für die Dauer von fünf Jahren abgeschlossen.

(2) Seine Gültigkeit verlängert sich um jeweils weitere fünf Jahre, sofern es nicht von einem der Vertragsstaaten schriftlich auf diplomatischem Wege mindestens sechs Monate vor Ablauf dieser Frist gekündigt wird.

ZU URKUND DESSEN haben die Bevollmächtigten der beiden Vertragsstaaten das vorliegende Abkommen unterzeichnet und mit Siegeln versehen.

GESCHEHEN ZU Wien am 12. Oktober 1982 in zwei Urschriften, jede in deutscher und portugiesischer Sprache, wobei beide Texte in gleicher Weise authentisch sind.

Für die Republik Österreich:
Willibald Pahr m. p.

Für die Portugiesische Republik:
Vasco Futscher Pereira m. p.

2. Os leitores serão pagos de acordo com as normas legais vigentes no país que os recebe.

3. As bolsas de estudo previstas na base deste Acordo devem cobrir, de forma adequada, os encargos com estadia e propinas.

Artigo 17º

1. Para facilitar a aplicação do presente Acordo, os Estados Contratantes constituirão uma Comissão Mista que se reunirá, pelo menos, de três em três anos, alternadamente na Áustria e em Portugal, sendo a data de cada reunião acordada por via diplomática.

2. A Comissão Mista recomendará aos Governos dos Estados Contratantes programas de trabalho para a aplicação do presente Acordo.

Artigo 18º

1. O presente Acordo está sujeito a ratificação. Os instrumentos de ratificação serão trocados tão rapidamente quanto possível, em Lisboa.

2. O Acordo entra em vigor no primeiro dia do terceiro mês posterior ao mês em que forem trocados os instrumentos de ratificação.

Artigo 19º

1. O presente Acordo é celebrado pelo prazo de cinco anos.

2. A sua vigência será prorrogada por períodos sucessivos de cinco anos, salvo se for denunciado por um dos Estados Contratantes, por escrito e por via diplomática, com antecedência de, pelo menos, seis meses antes do seu termo.

EM FÉ DO QUE os representantes dos dois Estados Contratantes assinam e selam o presente Acordo.

FEITO EM Viena aos 12 de Outubro de 1982 em dois exemplares originais, cada um em língua alemã e portuguesa e tendo ambos os textos igual valor.

Pela República da Áustria:
Willibald Pahr m. p.

Pela República Portuguesa:
Vasco Futscher Pereira m. p.

Die vom Bundespräsidenten unterzeichnete und vom Bundeskanzler gegengezeichnete Ratifikationsurkunde wurde am 4. April 1984 ausgetauscht; das Abkommen tritt gemäß seinem Artikel 18 Absatz 2 am 1. Juli 1984 in Kraft.

231.

Notenwechsel zwischen der Österreichischen Bundesregierung und dem OPEC-Fonds für internationale Entwicklung über die Abänderung des Abkommens zwischen der Österreichischen Bundesregierung und dem OPEC-Fonds für internationale Entwicklung vom 13. April 1983 betreffend die Umschreibung des Amtssitzes des Fonds

(Übersetzung)

The Opec Fund
for International Development

Der OPEC-Fonds
für Internationale Entwicklung

Vienna, April 18, 1984

Wien, am 18. April 1984

Excellency,

With reference to the Agreement of April 13, 1983 between the OPEC Fund for International Development (hereinafter called "the Fund") and the Austrian Federal Government (hereinafter called "the Government") regarding the definition of the Headquarters of the Fund (hereinafter called "the Supplemental Agreement"), concluded pursuant to Article 1 (m) of the Agreement of April 21, 1981 between the Fund and the Republic of Austria regarding the Headquarters of the Fund (hereinafter called "the Headquarters Agreement"), I have the honour to inform Your Excellency that the Residence of the Director-General of the Fund as so defined in the Supplemental Agreement has been transferred to the area shown in the map attached to this letter.

Pursuant to Article 1 (m) of the Headquarters Agreement I therefore have the honour to propose that the area shown in the attached map shall constitute the Director-General's Residence, in place of the area defined as such in the Supplemental Agreement.

If the Government agrees to this proposal, I have the honour to propose that this note together with the attached map and your note of confirmation shall constitute an Agreement between the Fund and the Government modifying the Supplemental Agreement by newly defining the Director-General's Residence pursuant to Article 1 (m) of the Headquarters Agreement and entering into force on the first day of the third month following the month of this exchange of notes.

Accept, Excellency, the assurances of my of my highest consideration.

Y. Seyyid Abdulai m. p.
Director-General

His Excellency
Erwin Lanc
Federal Minister for
Foreign Affairs
Vienna

Exzellenz!

Unter Bezugnahme auf das Abkommen vom 13. April 1983 zwischen dem OPEC-Fonds für internationale Entwicklung (im folgenden „der Fonds“ genannt) und der Österreichischen Bundesregierung (im folgenden „die Regierung“ genannt) betreffend die Umschreibung des Amtssitzes des Fonds *) (im folgenden „das Zusatzabkommen“ genannt), welches gemäß Artikel 1 (m) des Abkommens vom 21. April 1981 zwischen dem Fonds und der Republik Österreich über den Amtssitz des Fonds **) (im folgenden „das Amtssitzabkommen“ genannt) abgeschlossen wurde, habe ich die Ehre, Eurer Exzellenz mitzuteilen, daß die Residenz des Generaldirektors des Fonds, wie sie im Zusatzabkommen umschrieben ist, auf den in beiliegender Karte aufscheinenden Bereich verlegt wurde.

In Entsprechung von Artikel 1 (m) des Amtssitzabkommens beehre ich mich daher vorzuschlagen, daß der auf beiliegender Karte aufscheinende Bereich anstelle des im Zusatzabkommen als solcher umschriebenen die Residenz des Generaldirektors darstellt.

Wenn die Regierung diesem Vorschlag zustimmt, beehre ich mich vorzuschlagen, daß diese Note samt beiliegender Karte und Ihre bestätigende Antwortnote ein Abkommen zwischen dem Fonds und der Regierung darstellt, welches das Zusatzabkommen durch Neuumschreibung der Residenz des Generaldirektors gemäß Artikel 1 (m) des Amtssitzabkommens abändert und am ersten Tag des dritten Monats in Kraft tritt, der auf den Monat dieses Notenwechsels folgt.

Genehmigen Sie, Exzellenz, den Ausdruck meiner vorzüglichen Hochachtung.

Y. Seyyid Abdulai m. p.
Generaldirektor

Seiner Exzellenz
Erwin Lanc
Bundesminister für Auswärtige
Angelegenheiten
Wien

*) Kundgemacht in BGBl. Nr. 274/1983

**) Kundgemacht in BGBl. Nr. 248/1982

(Übersetzung)

The Federal Minister
for Foreign Affairs

Vienna, April 18, 1984

Excellency,

I have the honour to acknowledge receipt of your note of April 18, 1984, which reads as follows:

“With reference to . . . (es folgt der weitere Text der Note des OPEC-Fonds in englischer Sprache) . . . exchange of notes.”

I have the honour to confirm that the Austrian Federal Government agrees with the above proposal and that your note together with the attached map and this reply will constitute an Agreement between the OPEC-Fund for International Development and the Austrian Federal Government, entering into force on the first day of the third month following the month of this exchange of notes.

Accept, Excellency, the assurances of my highest consideration.

Erwin Lanc m. p.
Federal Minister for Foreign Affairs

His Excellency
Mr. Y. Seyyid Abdulai
Director-General of the OPEC-
Fund for International Development
Vienna

Der Bundesminister
für Auswärtige Angelegenheiten

Wien, am 18. April 1984

Exzellenz!

Ich beehre mich, den Empfang Ihrer Note vom 18. April 1984 zu bestätigen, die folgenden Wortlaut hat:

„Unter Bezugnahme auf . . . (es folgt der weitere Text der Übersetzung der Note des OPEC-Fonds in deutscher Sprache) . . . Notenwechsels folgt.“

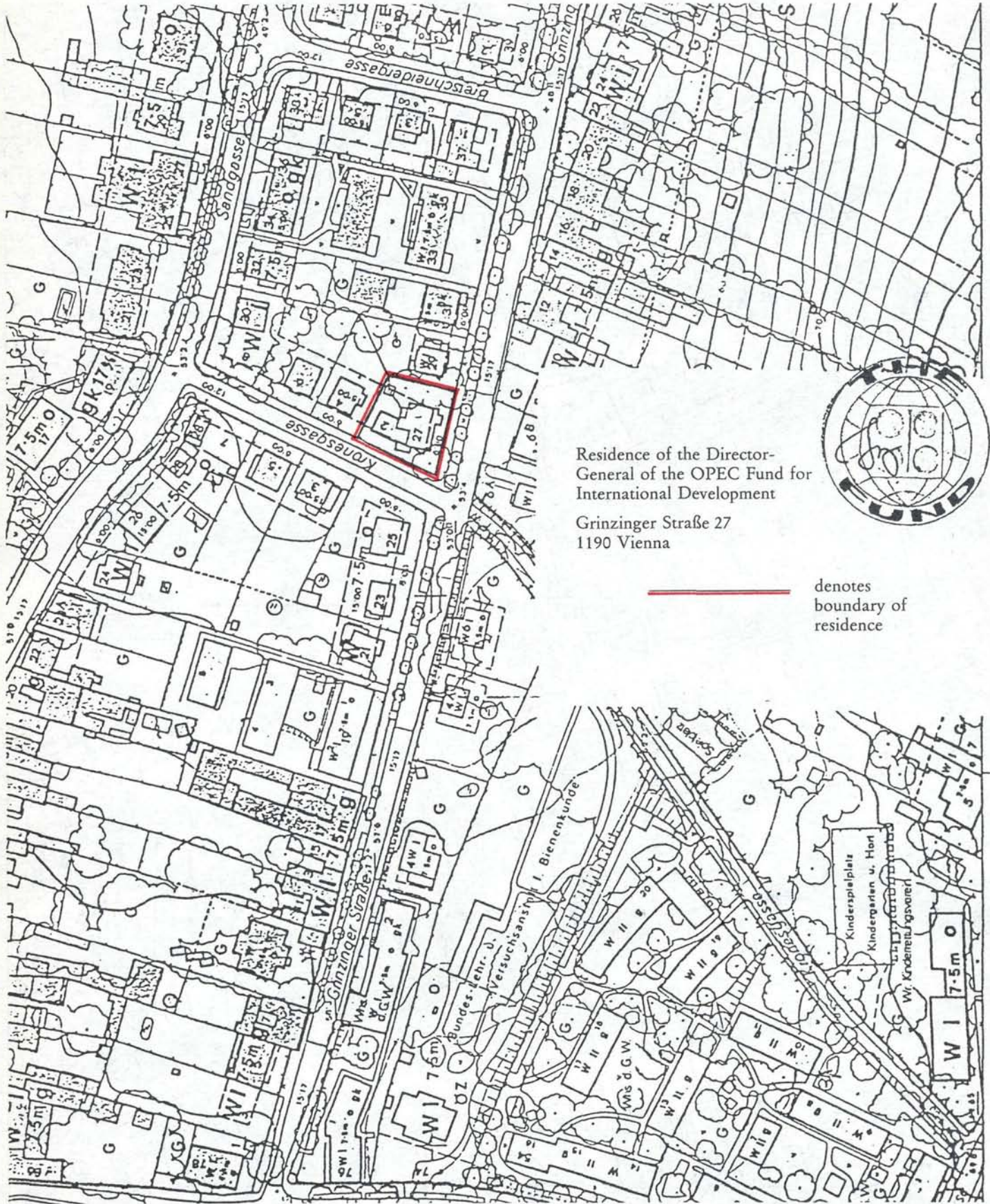
Ich beehre mich zu bestätigen, daß die Österreichische Bundesregierung diesem Vorschlag zustimmt und daß Ihre Note samt beiliegender Karte und diese Antwortnote ein Abkommen zwischen der Österreichischen Bundesregierung und dem OPEC-Fonds für internationale Entwicklung darstellen, das am ersten Tag des dritten Monats in Kraft tritt, der auf den Monat dieses Notenwechsels folgt.

Genehmigen Sie, Exzellenz, den Ausdruck meiner vorzüglichen Hochachtung.

Erwin Lanc m. p.
Bundesminister für Auswärtige Angelegenheiten

Seiner Exzellenz
Mr. Y. Seyyid Abdulai
Generaldirektor des OPEC-Fonds
für internationale Entwicklung
Wien

Sinowatz

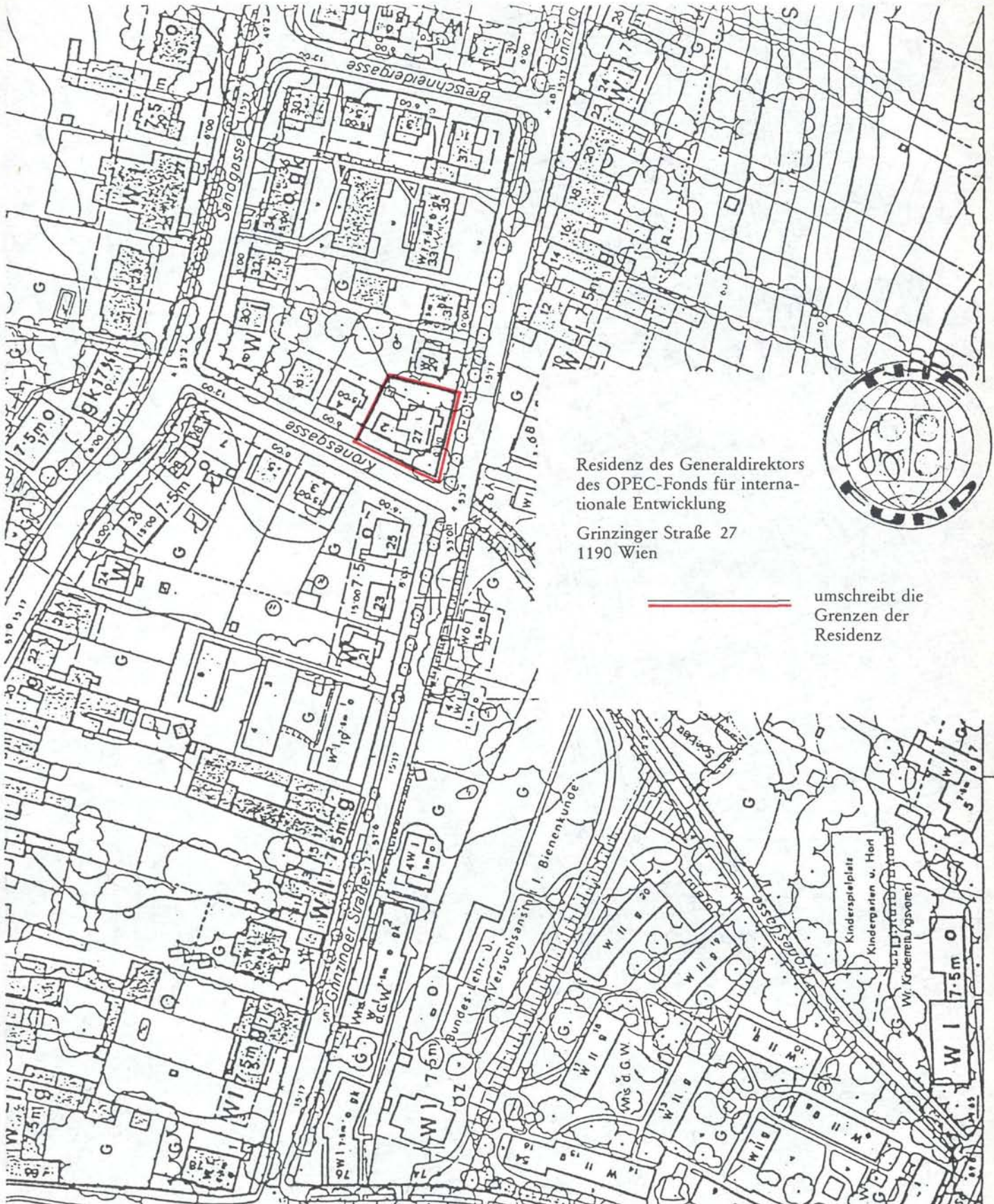


Residence of the Director-General of the OPEC Fund for International Development

Grinzinger Straße 27
1190 Vienna



— denotes boundary of residence



Residenz des Generaldirektors
des OPEC-Fonds für interna-
tionale Entwicklung

Grinzinger Straße 27
1190 Wien



umschreibt die
Grenzen der
Residenz